

OS PONTOS PARA AS MEMÓRIAS ORAIS DAS CULTURAS POPULARES TRADICIONAIS NA COMUNIDADE JONGO DITO RIBEIRO - CAMPINAS/SP

Alessandra Ribeiro Martins¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo, a partir da memória, história e oralidade registrados pelos pontos de jongo cantados na Comunidade Jongo Dito Ribeiro em Campinas–SP, apresentar uma breve reflexão sobre os impactos das políticas públicas e culturais para esta comunidade do segmento das culturas populares tradicionais de matriz africana, reconhecida como patrimônio cultural imaterial no Brasil. Aqui nos deteremos nos pontos antigos e atuais cantados por esta comunidade jogueira que, além de transmitir seus conhecimentos, revive sua memória do passado como estratégia de (re)-existência no presente, essencial para as novas gerações. O método utilizado será a *escrivivência* de Conceição Evaristo, com memórias organizadas a partir da experiência coletiva vivenciada nessa comunidade, dividida em três momentos: a recuperação do jongo, o processo de ocupação e gestão compartilhada da sede Casa de Cultura Fazenda Roseira e os desafios da pandemia de Covid-19 e dos ataques à cultura no Brasil.

Palavras-chave: Jongo. História. Políticas Culturais Populares Tradicionais. Matriz Africana.

ABSTRACT

The aim of this article is to, based on the memory, history and oral tradition registered by the *pontos* of Jongo sung in the Dito Ribeiro's Jongo Community in Campinas/SP, present a brief discussion about the impacts of public and cultural policies on this traditional African-heritage community. The present article will discuss both old and newer *pontos* sung by this *jogueira* community that, besides the transmission of knowledge, functions as a re-living of its memory as a way of creating strategies

1 Pesquisadora da Linha Matriz Africana no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos (GEPEJA) da Unicamp. Doutora no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC–Campinas), gestora da Casa de Cultura Afro Fazenda Roseira, mestre e liderança da Comunidade Jongo Dito Ribeiro (Campinas–SP) e mãe de santo umbandista no Centro de Estudos de Matriz Africana Mãe Cambinda e Cabocla Jurema (CEMA), Campinas–SP. E-mail: alejongo@gmail.com.

of (re)-existence of the present. That is essential for newer generations. As for the method, we'll make use of Conceição Evaristo's *escrevivência* along three moments of the community's collective organized memories: Jongo's recuperation, the occupation and shared management of Casa de Cultura Fazenda Roseira, and the challenges of the COVID-19 pandemic alongside the attacks to Brazil's cultural segment.

Keywords: Jongo. History. Traditional Popular Cultural Policies. African-heritage community.

INTRODUÇÃO

A cidade de Campinas–SP é considerada uma das últimas cidades a acabarem com o processo de escravidão no país. Essa fama vem tanto da agressividade e poder com que os seus senhores puniam seus escravizados como dos registros documentais que evidenciam a manutenção de práticas escravagistas em algumas fazendas do município até meados de 1900. É nesta cidade que, no ano de 1930, chega Benedito Ribeiro, vindo de Minas Gerais. Jongueiro, devoto de São Benedito e festeiro de São João, Dito chega a Campinas já casado com a campineira Benedita Neves Baltazar Ribeiro, e nesta família, que passa a residir no bairro de Botafogo, o jongo tem seu primeiro momento.

Dizem os mais velhos que as festas eram animadas e, além de jongo, samba de bumbo, fogueira, mastro e muita comida boa eram os temperos presentes. Após a morte de Dito Ribeiro, em 1964, outras atividades conduzem os festejos familiares, como o coral, os cânticos de aniversário, sarau e outras brincadeiras que marcam as famílias negras que usam das festas como forma de fortalecimento identitário e união entre as gerações. Mas o jongo adormece, sendo recuperado somente no ano de 2002, por sua neta Alessandra Ribeiro Martins, atual mestre e liderança da comunidade, que escreve este artigo.

Um dos maiores desafios da comunidade foi encontrar fragmentos da memória para a recuperação da época do jongo conduzido por Dito Ribeiro. Eram poucos registros documentais, quase nada de fotografias, e a oralidade estava fragmentada, mas a ancestralidade pulsante, com o apoio do artista, músico e compositor integrante da Associação Cultural Cachuera, o querido *in memoriam* Daniel Reverendo, e da Comunidade do Tamandaré em Guaratinguetá, demarcaram o novo momento desta retomada.

Outro elemento foi o vínculo com a umbanda, religião de matriz africana que reverencia os antepassados pretos velhos, indígenas, ciganos, entre outros, que fez com que a comunidade estivesse sensível aos sinais, de modo a acolher os pontos recebidos pelos jongueiros como algo especial. A relação entre a cultura e a espiritualidade, independente da religião e devoção de cada jongueiro, é um traço comum entre os povos e comunidades tradicionais, aqui chamadas de comunidades populares tradicionais, por entendermos que muitas destas, de jongo, se encontram em áreas urbanas, mesmo praticando suas tradições. Como apresentado na *Cartilha direitos dos povos e comunidades tradicionais* (2014), encontramos como definição que:

Os povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados, que possuem condições sociais, culturais e econômicas próprias, mantendo relações específicas com o território e com o meio ambiente no qual estão inseridos. Respeitam também o princípio da sustentabilidade, buscando a sobrevivência das gerações presentes sob os aspectos físicos, culturais e econômicos, bem como assegurando as mesmas possibilidades para as próximas gerações (Cimos/MPMG, 2014, p. 12).

As culturas populares tradicionais, no Brasil, têm sido um dos remédios para as comunidades periféricas marginalizadas e uma luz para a produção e vida das culturas. Pois, quando uma sociedade sofre grandes traumas, sejam sociais, políticos ou econômicos, se torna evidente a necessidade de fundamentos *ancestrais* para a reestruturação de novos caminhos. Fundamentos estes que são praticados no cotidiano dessas comunidades.

Azoilda Trindade (2006) organizou valores que ela chamou de “afro-civilizatórios”, conceito que foi reatualizado por mim como “valores de matriz africana”, como um caminho para guiar o futuro da humanidade que se encontra precarizada. Esses valores são: Circularidade, Oralidade, Religiosidade, Energia Vital (axé), Corporeidade, Ludicidade, Musicalidade, Memória, Ancestralidade e Cooperativismo/Comunitarismo. Conforme definiu Martins (2017):

Matriz africana é toda herança ancestral cultural, territorial, monumental, linguística e organizacional, tanto em documentos e vestígios urbanos quanto na oralidade, transmitidos pelos negros africanos escravizados e preservados no território pela memória através

de manifestações, reinvenções e reterritorializações em Campinas em forma de grupos, marchas, cortejos, manifestações culturais, povos e comunidades tradicionais. Todas as manifestações têm como representação fundamental para sua existência e prática o compromisso com a transmissão de saberes, salvaguarda e preservação dessa ancestralidade africana, incluindo a luta permanente contra o racismo, discriminação e intolerâncias diversas (Martins, 2017, p. 10).

Na comunidade Jongo Dito Ribeiro, pela proximidade com a espiritualidade, o jongo foi acolhido como o novo caminho para todos que há 22 anos se dedicam à salvaguarda, prática e difusão desse saber ancestral.

Uma das mais importantes políticas na reestruturação desse segmento no Brasil foi a do patrimônio imaterial. O patrimônio cultural imaterial torna-se política pública implementável a partir do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, com o decreto no 3.551 de 4 de agosto de 2000. Este, por sua vez, possibilitou a implementação das diretrizes para os novos horizontes conquistados pelos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, que ampliaram a perspectiva do conceito de patrimônio cultural e passaram a reconhecer as culturas, em especial indígenas e afro-brasileiras, como fundamentais para o país:

Art. 215 – O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional [...] (Brasil, 1988).

No artigo 216, a Constituição Federal determina que deve ser promovido e protegido pelo Poder Público o patrimônio cultural brasileiro, considerando tanto os bens de natureza material quanto imaterial — o jeito de se expressar, ser e viver — dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira:

Art. 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. [...]

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (Brasil, 1988).

Desde então, diversas práticas culturais, modos de fazer, manifestações e territórios passaram a ter como ferramenta uma política pública que reconhece o saber contido nas pessoas que as praticam. Nesse contexto, o Jongo do Sudeste se tornou Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil no ano de 2005.

O jongo é uma manifestação cultural da região sudeste, e suas origens estão vinculadas aos trabalhos dos escravizados nas fazendas de café do Vale do Paraíba. Seus precursores são os povos africanos que vieram como escravizados do tronco linguístico bantu da região de Congo e Angola, no período final do tráfico transatlântico, em 1850, e avanço da produção cafeeira do século XIX. Uma das marcas dessa expressão são os pontos metafóricos que, além de registrar e eternizar suas memórias, servem como estratégia de troca de informação e articulação, pois sempre há um falar e dois entender para quem não é praticante dessa manifestação.

Segundo as histórias, o bom jogueiro é aquele que tem grande compreensão sobre essas metáforas, e a brincadeira se dá em torno do cantar e do responder o ponto. Enquanto os pontos são lançados, os demais em roda batem palmas, repetem o refrão, e no centro da roda é onde a dança acontece. Na maioria das comunidades é sempre um casal ao centro,

sendo alternado com o termo “*sapeca iaiá*” ou “*sapeca ioiô*”². Os tambores são considerados os mais velhos e o elo dos jongueiros do passado com os jongueiros do presente, por isso são sempre cumprimentados ao iniciar a dança na roda de jongo. Atualmente, as crianças também participam das rodas, sendo elas a certeza da continuidade e salvaguarda do jongo.

O tema da diversidade de gênero também tem sido uma discussão presente nas comunidades jongueiras. Afinal, a abertura aos avanços da sociedade nas suas pautas inclusivas é uma atitude que fundamenta as práticas populares tradicionais, guiadas pelo acolhimento, respeito, generosidade e continuidade. Assim, as comunidades de jongo estão atentas às transformações e buscam acompanhá-las, ainda que essas novas pautas nem sempre sejam discutidas, mas simplesmente acolhidas sob o olhar atento dos mais velhos. São eles que mais evidenciam, com suas posturas singelas, experientes e tranquilas, que o novo cabe e é fundamental para a transmissão dos saberes.

Na Comunidade Jongo Dito Ribeiro, a relação intergeracional diária é o elo, o leme e o que faz com que as situações sejam superadas em harmonia. São os mais velhos e os mais novos que auxiliam os integrantes da geração intermediária a terem a dose correta entre ambos, realizando a ponte entre a experiência do velho e a ousadia do novo.

Tem que ter jongueiro novo oh lelé
Pois o Jongo não pode acabar
Cada jongueiro novo que nasce oh lelé
É o sol pronto para raiar...
(Ponto da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, Campinas–SP)

2 Os pontos de jongo citados no corpo do texto — todos da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, Campinas–SP — serão escritos em itálico e entre aspas duplas.

Figura 1. Crianças no Jongo Dito Ribeiro.



Fonte: Acervo da Comunidade Jongo Dito Ribeiro. Fotografia: Fabiana Ribeiro.

Olha a dança do Jongo gente
Como é que é
Quero ver você dançando, dançando com quem quiser
(Ponto da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, Campinas–SP)

Figura 2. Jongo Dito Ribeiro.



Fonte: Acervo da Comunidade Jongo Dito Ribeiro. Fotografia: Fabiana Ribeiro.

Na pós-escravidão, o jongo passa a ser uma prática nas casas das várias famílias e comunidades negras. Ele é utilizado como forma cimento das relações comunitárias, memórias, articulação política, transmissão de saberes e principalmente fortalecimento identitário, já que em uma comunidade jogueira participam pessoas de várias famílias e contextos.

Espalhadas por São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, essas comunidades jogueiras passam a compreender o que significa ser um detentor com a inserção da política de salvaguarda do patrimônio imaterial, bem como quais direitos esse reconhecimento lhes dá para além de um papel timbrado. Assim, a titulação do jongo como patrimônio cultural imaterial contribuiu para que essas comunidades ampliassem as suas relações com diversos setores, a fim de realizarem a salvaguarda de seu bem. Um dos maiores desafios dessa proteção é a salvaguarda de pessoas, já que elas detêm saberes múltiplos de acordo com sua territorialidade e especificidades de práticas. Isso, por sua vez, exige ações e políticas transversais ampliadas que vão desde questões de saúde e educação, até a seguridade de vida saudável aos mais velhos.

É sabido que uma das maiores reproduções históricas são as repetidas memórias de mestras e mestres que deixam grandes tesouros à cultura brasileira, mas morrem sem assistência à margem da sociedade, especialmente quando, além de pobres, são negros/as. A mudança desse cenário ainda é necessária, mas, com o avanço de políticas afirmativas, maior acesso à universidade, leis contra o racismo e ampliação do debate sobre a diversidade e identidade negra no país, algumas comunidades têm conseguido dar pequenos passos de grande importância e representação.

OS PONTOS COMO REGISTRO DA MEMÓRIA DO JONGO DITO RIBEIRO CAMPINAS-SP

Na minha casa, têm mirongá
Na minha casa, têm dendê
Pisa direito seu moço. Pisa direito êêê
Pisa direito seu moço. Pisa direito ê ê
No pilão de nhá Maria, têm mironga e têm dendê
Pisa direito seu moço. Pisa direito êêê.
Pisa direito seu moço. Pisa direito êêê.
(Ponto da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, Campinas-SP)

Estávamos na gravação do segundo CD de jongo da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, uma das comunidades reconhecidas pelo Instituto de Patrimônio Cultural e Artístico Nacional do Brasil (Iphan) como patrimônio cultural imaterial³, quando um de nossos jongueiros cantou com firmeza esse ponto de encanto, que ao ser ecoado animou toda a comunidade.

Na Comunidade Jongo Dito Ribeiro, onde sou a liderança, mestra e mãe de santo umbandista, os pontos são recebidos como uma inspiração e compreendidos como uma mensagem da ancestralidade, dos jongueiros antepassados, para nos dar encaminhamentos ou respostas às situações do momento presente. A autoria de cada ponto cantado é considerada coletiva, independente de quem o receba. A mensagem recebida é compreendida como um ensinamento, e a presença da comunidade, as experiências vivenciadas conjuntamente e a roda de jongo são elementos que permitem que estes pontos cheguem e a mensagem seja enviada.

Os pontos são respostas a várias situações. Dada a importância deles, seria fácil sintetizar e reconstruir a nossa linha do tempo somente com essas mensagens, já que como método, a oralidade registra um traço de ancestralidade africana e ecoa para o registro das nossas experiências vivenciadas em comunidade. *“Tava andando na beira do mar,/ quando vovô me disse vem meu filho vêm jongar./ Pois a angoma não pode parar,/ jongueiro que é jongueiro/ joga em qualquer lugar.”*

Hampâté Bâ (2013) afirma o quanto é importante preservar as raízes da herança ancestral para a construção dos saberes e da subjetividade dos seres através da palavra falada, ativando a memória e ressaltando o conhecimento acumulado ao longo da vida das comunidades tradicionais. No mesmo sentido, Pierre Nora (1993) mostra como é fundamental atentarmos para o papel que a oralidade desempenha no processo de memória de um período ou coletividade. Isso porque a oralidade reflete, entre outras coisas, a sociedade de seu tempo, bem como sua rápida assimilação no seio social (Nora, 1993). Como um exemplo desse processo, os nossos pontos reafirmam essas memórias e são estratégicos para a transmissão dos saberes de ontem para os que chegam à comunidade hoje.

Nos anos de 2002 a 2005, quando nos reencontramos com a prática jongueira, o ponto *“Um canto que ecoava... no tempo do cativo,/ nego cantava pra espantar seu sofrimento,/ no seu tambu ecoava seu tormento”* revelou as inseguranças de se recuperar uma tradição adormecida por mais de quarenta anos. Necessitou-se buscar as lembranças do passado

3 O jongo da Comunidade Jongo Dito Ribeiro foi inscrito no *Livro de registro das formas de expressão* do Iphan em 2005.

e ressignificar o presente com jovens de diversos lugares, culturas e elos, não apenas pelos laços sanguíneos, mas também por afinidade.

Nesse período, tínhamos Gilberto Gil como ministro da Cultura⁴, e o segmento cultural era considerado uma pauta importante para o país. Com mais editais e incentivos em vastos setores culturais, inclusive para o patrimônio imaterial do jongo, foi um momento profícuo para a conclusão do inventário de registro do bem imaterial. Apesar da rede das comunidades jongueiras ser anterior ao inventário, a relação com o poder público, universidades e produtores culturais, que captavam elevados recursos para a produção dos Encontros de Jongueiros, esteve em alta com o registro.

A nossa comunidade de Campinas esteve presente no 8º Encontro de Jongueiros em Guaratinguetá–SP, em 2003, e na estreia como comunidade jongueira no 10º Encontro de Jongueiros na cidade de Santo Antônio de Pádua–RJ⁵, em 2005, quando todos receberam a titulação do Iphan como Patrimônio Cultural Imaterial. *“Olha aqui povo de fora,/ o que vou falar pra tu,/ nessa roda tem jongueiro/ mas também tem três tambaú/... ilaiê...ilaiê...ilaiê.”*

Assim, entre meados de 2005 e 2008, os avanços das políticas públicas culturais eram animadores, como no caso do Programa Cultura Viva, ativado em todo o país a partir dos Pontos de Cultura.

O Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva foi criado e regulamentado por meio das portarias nº 156, de 06 de julho de 2004 e nº 82, de 18 de maio de 2005 do Ministério da Cultura. Surgiu para estimular e fortalecer no país a rede de criação e gestão cultural, tendo como base os Pontos de Cultura (SCDC, s.d.).

Esse programa proporcionou encontros da vasta diversidade cultural e territorial através de conferências, encontros debates e, principalmente, com a participação da sociedade civil nessa construção.

Neste período, o Iphan, em parceria com o Programa Cultura Viva, cria a construção dos pontões de bens registrados. O Jongo do Sudeste foi uma das mais expressivas experiências dessa construção, reunindo jongueiros dos quatro estados do Sudeste e articulando vários segmentos de

4 Gilberto Gil foi Ministro da Cultura no primeiro governo Lula, e ficando no cargo de 1º de janeiro de 2003 até 30 de julho de 2008.

5 Para saber mais sobre os encontros de jongueiros, ver Martins (2021).

interesses da cultura em prol da consolidação do Plano de Salvaguarda. A incubadora desse projeto foi o Pontão de Cultura do Jongo⁶, sediado como programa de extensão na Universidade Federal Fluminense (UFF), que já tinha um vasto trabalho com as comunidades jongueiras no Rio de Janeiro.

A Comunidade Jongo Dito Ribeiro estava atuante nesse processo do pontão do jongo e internamente consolidava o deslocamento do poder dos tambores, até então sempre masculinos, para a inserção de lideranças femininas e pretas, que cantavam, tocavam e davam a direção da comunidade. E assim se deu a concretização do nosso “terreiro de galinha”, como brincamos internamente, e cantamos “*Quero ver pinto piano,/ quero ver pinto piá.../ no terreiro de galinha/ quero ver pinto piá.*”

Creemos e aprendemos com os mais velhos de outras comunidades jongueiras, e nos inserimos na universidade. No ano de 2008, iniciamos a ocupação e luta pela salvaguarda e preservação da Casa de Cultura Fazenda Roseira, sede de uma fazenda do século XIX, que estava no processo de ser incorporada ao poder público municipal. Após sofrer depredações durante a transição da sede para o poder público, o que nos levou a denunciar o ocorrido, criamos uma mobilização cultural de caráter nacional para defender a sede. Assim, com o apoio de vários coletivos e de movimentos negros, buscamos defender e reivindicar o direito a esse território como espaço de referência das culturas, tradições, vivências e difusão da matriz africana em Campinas. Registramos esse momento cantando “*Na fazenda Roseiral/ o milho virou pipoca,/ eu com meu tambu na mão,/ sinhozinho não me toca...*”. Tambu é o nome dado aos tambores que tocamos na roda de jongo. Em algumas comunidades eles ganham outros nomes, e no nosso caso cada tambu tem um nome específico: o mais grave é o “trovão”, que faz a nossa frase e compasso rítmico; o médio é o “viajante”, que é o tambor brincante; e o mais agudo é o “candogueiro”, que faz a marcação da nossa dança e ritmo de nossos corações.

Muitas coisas aconteceram durante o processo de ocupação e defesa desse patrimônio, e toda a comunidade estava entregue e à disposição de lutarmos pela garantia desse espaço na cidade de Campinas. Esta era uma forma de reconhecimento das mãos, braços e corpos de nossos negros escravizados que passariam, através de seus descendentes, a contar as suas histórias e a contribuir não mais da senzala, mas sim da casa-grande.

O Pontão do Jongo, a aproximação do Iphan por meio dos técnicos e superintendências, as consultorias formativas nas reuniões de articulação

6 Para saber mais sobre o pontão de cultura do jongo, ver: <http://www.pontaojongo.uff.br/>. Acesso em: jul. 2023.

que aconteciam no Rio de Janeiro, a proximidade com vários órgãos e interlocutores culturais para a elaboração do plano de salvaguarda e a entrada na rede dos pontos de cultura nos fortaleceu e nos possibilitou visibilidade no setor cultural. Assim, fomos aprendendo a nos inscrever em editais municipais, estaduais e nacionais e passamos a compartilhar as nossas experiências com muitos apoiadores, que se engajaram em prol da defesa da nossa sede e nos orientaram tecnicamente para esse enfrentamento. Estávamos nos tornando conhecidos nacionalmente, e nossas festas tradicionais anuais atingiam grande público. *“Milho virou pipoca/ na fazenda Roseiral,/ quero ver jongueiro novo,/ quero ver jongueiro bom.../ quero ver jongueiro bom.”*

Entre os anos de 2011 e 2015, apesar de toda a tensão vivida durante a ocupação da Fazenda Roseira, finalmente foi oficializada pela Prefeitura Municipal de Campinas a permissão de uso para a Associação do Jongo Dito Ribeiro, transformando a Casa de Cultura Fazenda Roseira em sede da Comunidade Jongo Dito Ribeiro. Com o apoio da Superintendência do Iphan-SP e do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), implementamos o primeiro Centro de Referência do Jongo do estado de São Paulo. *“Ventou, ventou sopro de felicidade,/ senhora Iansã dá o giro da liberdade,/ se eu fosse só jongueira/ eu já dançava noite dia,/ como sou filha de santo/ também canto a minha guia,/ ilaiê ilaiê ilaiê...”* Acreditamos que foi a fé em nós e as parcerias que nos deram força e (re)-existência para essa conquista. Sentimos como se tivéssemos recebido a carta de alforria com os seus dois artigos, sem nenhum direito nem garantia. Mas, enfim, estamos livres para planejar a nossa casa de cultura afro de matriz africana.

Então, passamos a demarcar os nossos ideais, sonhos e propostas para enfrentamento da especulação imobiliária, que nos rodeava com velocidade, desconsiderando a nossa presença anterior. Muito se discute nos Planos Diretores o Impacto de Vizinhança, mas na prática pouco ou quase nada se faz. Os novos prédios e bairros vão se consolidando, bem como as novas ruas, carros e quadras, porém, as pessoas que já estavam naquele lugar são desconsideradas. É violento dormir sob a paisagem de árvores, flores, animais e acordar cercado de prédios que tiram a luz do sol, cobrem o entardecer e impactam suas antigas referências de lugar. Lembro que, nos primeiros anos vivendo sob essas mudanças, parecia que ali não era mais o nosso território. Foram tantas mudanças que caberia um artigo só para falarmos e refletirmos sobre isso no âmbito das cidades e dos traumas emocionais que esse processo causa às pessoas moradoras de lugares alterados. Contudo sonhávamos: *“Trabalhei, suei, sangrei./ Do cativoiro*

*e das correntes com fé eu me libertei./ Corri na mata, pé descalço estrela
guia/ vou encontrar Palmares ver nascer um novo dia.”*

Eu, como representante da comunidade à frente dessa luta, havia me tornado referência de liderança feminina negra, universitária oriunda do Programa Universidade para Todos (Prouni), graduada em história, bolsista da Capes, mestre e doutora em urbanismo. E eu, como todas e todos que atuam e vivem da cultura, vivenciei o caos que começava a assombrar a política nacional.

Ataques à cultura e desafios da pandemia de Covid-19

Perda de políticas públicas sociais, culturais, educacionais e o fatídico golpe realizado contra a primeira mulher presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, em 2016, foi o início. A esperança por dias melhores seguia em nossos corações, porém, a tensão era perceptível nas comunidades, em especial a negra, que mais sofre frente às tempestades do racismo estrutural presente em todos os setores. Segundo Araújo, Souza e Cavalcanti:

No Brasil, país essencialmente miscigenado biológica e culturalmente, a *identidade étnica negra* tem assumido diversos significados. Portanto, entender-se como “negro” na contemporaneidade reflete o sentimento de pertencimento a um grupo étnico que abraça a ancestralidade africana, ou seja, se reconhece expoente de uma determinada cultura, aqui entendida como conjunto ou processo de desenvolvimento social de um grupo, um povo, uma nação, que resulta do aprimoramento de seus valores, instituições, crenças e comportamentos comuns a uma confraria.

Por outro lado, devemos perceber que muitas vezes o referido reconhecimento, isto é de laços de pertencimento, reflete uma construção política, social e cultural desenvolvida historicamente (Araújo; Souza; Cavalcanti, 2019, p. 99).

Trata-se, portanto, de uma construção e desenvolvimento que exige manutenção, cuidado e carinho, pois, ao nos identificarmos como membros da comunidade negra atuando coletivamente, sabemos que temos uma identidade comum, ainda que diversa em nossa individualidade. Ao estarmos conscientes de que a própria comunidade negra, na sua origem, vem de múltiplas etnias africanas misturadas na diáspora, tivemos que criar uma narrativa comum, principalmente pelas dificuldades causadas pelas diferenças em acesso e oportunidades.

Assim, muitas conquistas estavam perdendo espaço e sendo paralisadas. O patrimônio imaterial, que até então vinha avançando na sua atuação nacional e comemorava seus quinze anos de política de salvaguarda, perdeu prioridade no governo. Do mesmo modo, o apoio recebido através dos programas Mais Educação e Mais Cultura nas Escolas cai, e os recursos para as realizações de editais específicos às demandas do jongo nas superintendências diminuem, com consequências diretas para a concretização da educação do patrimônio imaterial como eixo transversal destas políticas. E vale destacar ainda a redução do reconhecimento de bens imateriais pelos municípios. Enfim, a nossa comunidade, ao ver que tudo ia ruir, cantou:

O galo canta, bem de cedinho,
galinha canta pia pintinho.
Piu, piu, piu.
Acorda galinheiro que o lagarto está de zóio nos ovo...
tá de zóio nos ovo,
Acorda galinheiro que o lagarto tá de zóio nos ovo...
tá de zóio nos ovo.
(Ponto da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, Campinas–SP)

Entretanto, se nos anos de 2015 a 2017 os sinais de desmantelamento do segmento cultural foram dados, o pior ainda estava por vir. Parece piada, mas não foi, e se fosse piada, seria de péssimo gosto. Jair Messias Bolsonaro ganhou as eleições presidenciais em 2018, e o Brasil adoeceu. Viveu um momento em que o lagarto não estava apenas de “zóio nos ovo”, mas pegou os ovos e colocou o país de cabeça para baixo. Sofremos com ataques de *fake news*, com a desconstrução político-social, com racismo e preconceito. Ataques diários eram realizados pelo fascismo contra tudo que fosse associado à liberdade, ao respeito, ao direito de existir com integridade e diversidade, em especial aos setores da cultura. As diretrizes da direita bolsonarista, agravadas novamente pelo apoio de algumas ditas igrejas de certos segmentos religiosos, tiraram da lama posturas, ações e visões políticas que assustaram a todos que buscavam um país inclusivo e menos ignorante. Foi um grande retrocesso nacional.

Nos círculos acadêmicos e midiáticos, o Bolsonarismo tem sido interpretado como um fenômeno político derivado da presença e da influência do presidente Jair Messias Bolsonaro. Esse sufixo — “ismo” — designa algo que ultrapassa o personagem e abarca uma série de expectativas, percepções e visões de mundo que não se esgotam em sua figura.

Isso sugere que Bolsonaro se tornou o principal intérprete e o mais conspícuo mediador, no campo político, de um movimento recente, no plano das ideias e práticas, que atraiu significativo e diversificado contingente de brasileiros (Baldaia; Araújo, T. M.; Araújo, S. S., 2021, pp. 27-30).

Pautas que acreditávamos terem sido superadas no final da ditadura, como um marco caótico daquele período passado, foram retomadas e deixaram evidentes que um país que não prioriza a cultura, a educação e o desenvolvimento econômico faz uma sociedade vulnerável de entendimento. O medo se instalou na sociedade. Entretanto, nas comunidades populares tradicionais, que sempre tiveram as lutas como parte de sua existência, o desequilíbrio social se desdobrou em ações práticas de solidariedade, de união e de reinvenção de estratégias de sobrevivência.

Tivemos que aprender a lidar com as redes sociais e a fazer uso das tecnologias, mesmo limitadas na maioria de nossos territórios, como ferramentas estratégicas para nos cuidarmos a distância e organizarmos ações de apoio. Nossa prioridade foi o enfrentamento da fome, que assolou novamente a nossa sociedade, e a busca pelo equilíbrio mental.

É de manhã e o nego quer saber
Por que essa noite só meu barco não virou
É que na ponta da corda que ancorou, não morreu peso não senhor
Marrei machado de Xangô, marrei machado de Xangô
É que na ponta da corda que ancorou, não marrei peso não sinhô
(Ponto da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, Campinas–SP).

Assim, entre 2019 e 2021, tivemos o desafio de encarar o início do governo Bolsonaro, que foi de extrema agressividade aos valores éticos e ao respeito humano. A reação a essa pressão foi feita, como sempre, por parte das mulheres que passaram a atuar no enfrentamento político com maior firmeza. A marcha das mulheres negras, por exemplo, foi um dos marcos simbólicos desse momento. Sua primeira edição nasceu em 2015 como uma reação ao golpe contra a presidenta Dilma, e desde então se transformou em um movimento permanente. “*No terreiro de vovó,/ galo não canta, pinto não pia,/ galinha quem manda.../ o dilelelele ohhh,/ lelelele lelelele,/ galinha quem manda.*”

A violência doméstica também cresceu nos índices de muitas cidades. O assassinato, em março de 2018, de Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro, trouxe um calor a mais ao debate sobre representação, direito e a vulnerabilidade das mulheres que se permitem romper com as amarras que tentam nos impor diariamente. Sair da cozinha e assumir o púlpito é tarefa para quem tem coragem, articulação comunitária e muita fé. Qualquer movimento considerado fora do “tronco machista”, para aqueles que desprezavam as igualdades de gênero, os movimentos sociais democráticos, foi visto como afronta e contou com o incentivo do governo bolsonarista para reprimir qualquer reação.

Para piorar o cenário que já estava ruim, sofremos os impactos da pandemia de Covid-19, com milhares de mortes desde 2020. Lembro que o primeiro caso de morte por Covid-19 no Brasil foi o de uma empregada doméstica no Rio de Janeiro, no dia 26 de fevereiro de 2020, bem no meu aniversário. Inesquecível e assustador. E assim ficamos isolados, amedrontados e conduzidos por um governo que contribuiu para o aumento das mortes por rejeitar o uso de vacinas.

Tal opressão exigiu uma reorganização do setor cultural, em especial das culturas populares tradicionais, que tiveram que lidar com desemprego, descrédito da ciência, perseguição de artistas e um grande impacto no cancelamento direto da nossa atuação. O Encontro de Jongueiros Paulista, já na sua décima edição anual, foi paralisado, e a comunicação entre o poder público e a sociedade civil se tornou ainda mais vulnerável.

Com as dificuldades da pandemia e do governo Bolsonaro, eclodiram movimentos de (re)-existências que queriam intensamente contribuir com novos rumos para o nosso país, auxiliando na escrita de uma nova história com menos dores e perdas. Foram realizadas ações coletivas comunitárias, com destaque para as *lives* culturais, que foram um bálsamo de alegria, de criatividade e de alívio durante a pandemia.

Na noite em que se realizaria o Arraial Afro Julino do Jongo Dito Ribeiro de 2021, com as pequenas aberturas nas regras de sociabilidade e a vacinação em andamento, os poucos de nós, jongueiros e jongueiras, que estávamos juntos fisicamente em nossa comunidade acabamos dormindo ao lado da fogueira. Sentíamos saudade das pessoas, das comidas, das danças e de toda alegria sentida pela chegada de alguém à nossa Casa de Cultura Fazenda Roseira para compartilhar com a comunidade nas nossas realizações.

Esse ponto destrava a mente
Esse ponto não trava a língua
É na roda de jongo que o mundo gira,
gira meu mundo
É na roda de jongo que o mundo gira
É na roda de jongo que o mundo gira
E se o tempo fechar
a nossa estrela ainda brilha
É na roda de jongo que o mundo gira, aê família
É na roda de jongo que o mundo gira
É na roda de jongo que o mundo gira
(Ponto da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, Campinas–SP)

Portanto, o setor cultural foi um dos que tiveram que criar estratégias de defesa aos ataques de Bolsonaro, que perseguiu o segmento e buscou inverter valores simples: da ética e da cultura da paz pela cultura da opressão, do medo e da indiferença. Foram situações inusitadas e desrespeitosas por parte desse governo, que gritamos cantando: “*pisa direito seu moço,/ pisa direito ê,/ no pilão de nhá Maria/ tem mironga e tem dendê!*”. É necessário pisar direito, seu moço! É necessário pisar direito na vida, nos sonhos, em nossas esperanças e realidades.

Mesmo com um país doente, a cura estava na cultura como um dos remédios. Logo, foram iniciadas as movimentações em prol da construção da lei que homenageou o grande letrista, médico, músico e compositor que morreu de Covid-19 em 2020, Aldir Blanc. Esta lei teve como propósito auxiliar com recursos públicos artistas de todo o país para retomarem suas atividades durante a pandemia, e foi o primeiro sinal de grande expressão e articulação política de caráter nacional para o setor cultural. A união dos diversos setores culturais em torno dessa lei se desdobrou em outra de grande importância: a lei que homenageou o ator, roteirista, apresentador e diretor Paulo Gustavo, mais uma vítima, entre tantos, que perderam a vida para a pandemia. A Lei Paulo Gustavo, como é conhecida a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022, que “Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural” (Brasil, 2022)⁷.

As dores nos auxiliaram a compreender a necessidade de praticarmos uma nova identidade cultural, pautada na percepção de que as diferenças dos segmentos e setores que compõem a cultura só sobreviverão se

⁷ Para saber mais, acesse: <http://portalsnc.cultura.gov.br/auxilio-cultura/lei-paulo-gustavo/>.

tivermos como princípio os pilares das culturas populares tradicionais: a partilha. Toda arte é criada e pode ser construída como uma inspiração individual, como um ponto de jongo, mas são de fato as realidades e situações à nossa volta que possibilitam essa conexão com as várias realidades.

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso.

Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que organizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão tempo/espaço (Castells, 2018, p. 23).

Então, o Brasil, com apoio dos setores culturais, buscou a retomada da sua identidade pacífica, acolhedora e sensível. Essa resposta veio através de muita luta nas urnas, em 2022. Foram apenas dois milhões de votos de diferença, sendo 49,1% para Bolsonaro e 50,9% para Luiz Inácio Lula da Silva, que assumiu o comando do país. Lula é novamente o presidente do Brasil, e somos conscientes dos grandes desafios que enfrenta, mas confiantes na retomada de um governo democrático, representado pelos ministros e ministras, que em sua maioria nos contemplam, e pelo plano de governo em andamento.

Se durante os últimos quatro anos todas as ações de salvaguarda de responsabilidade do Iphan, através das superintendências e do DPI, foram desarticuladas, agora as ações com as comunidades jogueiras começam a dar sinal de movimentação novamente. Nossa comunidade buscou em todos os momentos auxiliar na manutenção do apoio entre as comunidades e, em 2022, conseguimos trazer as lideranças jogueiras de São Paulo para participarem de nosso 20º Arraial Afro Julino, o primeiro após a pandemia. Nesse encontro festivo, realizamos uma breve avaliação das nossas comunidades e possíveis formas de restabelecermos as ações, já que durante pandemia nos falávamos apenas online.

Neste ano de 2023, estamos construindo uma Reunião Ampliada (RA), com o apoio da superintendência de São Paulo e com grande vontade de retomar as ações de salvaguarda anteriormente conquistadas. Em Campinas, *“O Clarim soou,/ anunciando a alvorada,/ é seu Ogum Mariô,/ fazendo a sua cavalgada,/ é seu Ogum Mariô,/ fazendo a sua cavalgada”*. Retomamos os roteiros afro-pedagógicos, as festas, as escritas em editais,

as formações e, principalmente, a alegria de estarmos juntos em comunidade e com possibilidade de sonhar com esperança. As parcerias com escolas, o retorno de atividades com o Sesc, por meio de vários profissionais que acreditam em nós e nos dão oportunidades de trabalho com remuneração digna, parcerias, entre outras ações, têm nos dado fôlego frente à ausência de investimentos permanentes para a nossa manutenção.

Os traumas dos últimos seis anos nos amadureceram como segmento da cultura. A percepção acerca do patrimônio imaterial e as relações entre as comunidades populares tradicionais nos deixaram mais atentos e sabidos que, em qualquer governo, gestão e/ou construção de novos paradigmas no universo da política nacional, é necessária a nossa participação ativa e o nosso acompanhamento. A cultura e a educação são os olhos do amanhã contra a ignorância que cega e abrem frentes contra a manipulação, mesmo quando pautadas em argumentos esdrúxulos como os debates sobre a “terra plana”, entre outras pautas que incentivaram a invasão no Planalto Central nos primeiros dias do governo Lula. Debates e situações lamentáveis que ainda integram a nossa sociedade racista, desigual e diversa. Por ora, seguimos cantando

Oi é no jongo que eu sou feliz,
Oi é os pontos que traz minha raiz,
Os pretos velhos me dão diretriz,
pra eu poder viver,
Viver viver sonhar,
Viver viver cantar,
Viver viver pra amar,
Viver viver jogar
(Ponto da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, Campinas–SP)

Cachuera!

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Patricia Cristina de Aragão; SOUZA, Maria Lindaci Gomes; CAVALCANTI, Senyra Martins. “Oralidade, memória e patrimônio: o lugar das comunidades negras”. In GONZÁLEZ GUYER, M.; MARTINS, P. H.; WEISZ KOHN, C. B. (coord.). *Imaginarios sociales y memorias*. Buenos Aires: Teseo / Alas / Clacso, 2019. Disponível em: <https://www.teseopress.com/imaginariosociales/chapter/oralidade-memoria-e-patrimonio-o-lugar-das-comunidades-negras/>. Acesso em: jul. 2023.
- BALDAIA, Fabio Peixoto Bastos; ARAÚJO, Tiago Medeiros; ARAÚJO, Sinval Silva. “O bolsonarismo e o Brasil profundo: notas sobre uma pesquisa”. *Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – Enecult*. Salvador: Enecult, 2021, pp. 27-30. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-568/132106.pdf>. Acesso em: jul. 2023.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Seção II – Da Cultura, Art. 215 e 216. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: jul. 2023.
- _____. *Decreto n. 3551, de 4 de agosto de 2000*. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: julho de 2023
- _____. *Lei n. 14.017, de 29 de junho de 2020*. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Brasília: Senado Federal, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L14017.htm. Acesso em: jul. de 2023.
- _____. “Lei Aldir Blanc de apoio a cultura é regulamentada pelo Governo Federal”. *Serviços e Informações do Brasil*, Brasília, 19 ago. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/cultura-artes-historia-e-esportes/2020/08/lei-aldir-blanc-de-apoio-a-cultura-e-regulamentada-pelo-governo-federal>. Acesso em: jul. de 2023.
- _____. *Lei Complementar n. 195, de 8 de julho de 2022*. Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural. Brasília: senado Federal, 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp195.htm. Acesso em: jul. 2023.
- _____. *Sistema Nacional de Cultura*. Lei Paulo Gustavo. Brasília: Ministério da Cultura [s.d]. Disponível em: <http://portalsnc.cultura.gov.br/auxilio-cultura/lei-paulo-gustavo/> Acesso em: jul. 2023.
- CASTELLS, Manuel; PONCE DE MORAES, Thiago. *O poder da identidade*. Vol. 2. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

- CIMOS/MPMG – Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais. Ministério Público de Minas Gerais. *Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Belo Horizonte: MPMG, 2014. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf>. Acesso em: jul. 2023.
- HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. *Amkoullel, o menino fula*. Acervo África. São Paulo: Palas Athena, 2013.
- MARTINS, Alessandra Ribeiro. *Matriz africana em Campinas: territórios, memória e representação*. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade de Campinas, 2017.
- _____. (org.). *Resultados do Grupo de Trabalho e Gestão do Plano de Salvaguarda da Comunidade Jongo Dito Ribeiro de Campinas–São Paulo*. Campinas: Comunidade Jongo Dito Ribeiro, v. 1, 2018.
- _____. *Jongo e ancestralidade: salvaguarda e preservação sob olhar dos detentores*. V. 1. Campinas: Associação do Jongo Dito Ribeiro, 2021.
- NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, pp. 7-28, 1993.
- SCDC – Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural. *Programa Cultura Viva/MinC*. S.l., s.d. Disponível em: <https://culturavivascdc.redelivre.org.br/programa-cultura-viva/>. Acesso em: jul. 2023.
- TRINDADE, Azoilda Loretto da. “Valores e Referências Afro-brasileiras”. In BRANDÃO, A. P. (org.). *A cor da cultura: Caderno de atividades, Saberes e Fazeres. Modos de Interagir*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006.